

**A autoridade no âmbito
das relações pedagógicas:
um levantamento de
artigos, teses e
dissertações (1987-2012)**

The authority under
pedagogical relations: a survey
of articles, theses and
dissertations (1987-2012)

Fabício Aparecido Bueno

fabricaopbueno@hotmail.com

Universidade Federal de São João del-Rei

Prefeitura Municipal de Ouro Branco-MG

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar e discutir um levantamento de estudos que se propuseram a analisar as relações pedagógicas a partir do enfoque específico na questão da autoridade dos educadores. Foram considerados somente estudos nacionais, publicados entre o período de 1987 e 2012, nas modalidades teses, dissertações e artigos de periódico. Como fontes para a localização dos estudos, foram utilizados o Banco de Teses da CAPES e o Google Acadêmico. Baseado nesses critérios, foram selecionados um total de 28 trabalhos, dentre os quais somente 23 passaram por uma análise mais sistemática de seus conteúdos por estarem ou terem sido disponibilizados em formato digital pelos seus autores. Por meio da análise dos estudos selecionados, foi possível sistematizar a produção referente à temática enfocada, atentando-se para possíveis convergências, divergências e aspectos ainda insuficientemente explorados. Dentre as conclusões mais importantes, destaca-se o crescimento do interesse pela pesquisa desta temática no campo acadêmico, sobretudo a nível de trabalhos de pós-graduação. A análise mais detida dos estudos que constituíram o *corpus* desta pesquisa revela que a autoridade se apresenta como um dos grandes dilemas para o campo das relações pedagógicas contemporâneas, constituindo-se como um dos principais desafios apontados pelos professores no cotidiano de suas práticas profissionais.

Palavras-chave: Autoridade. Educação escolar. Relações pedagógicas. Levantamento bibliográfico.

Abstract

This paper aims to present and discuss a collection of studies that purposed to analyze the pedagogical relationships starting from the specific focus on the matter of the authority of educators. Only national studies, published between the period of 1987 and 2012, in form of theses, dissertations and papers were considered. As sources to locate these studies, CAPES Theses Database and Google Scholar were used. Based on those criteria, a total of 28 works were selected, from which 23 are able to go through a more systematic analysis of their contents, since they are or have been made available in digital format by their authors. Through the analysis of selected studies it was possible to systematize the production referring to the thematic focused, paying attention to possible convergences, divergences and aspects still insufficiently explored. Amid the most important findings, we highlight the growing interest in the research of this thematic in the academic field, especially at level of post graduate works. A more detailed analysis of the studies that constituted the corpus of this research reveals the authority as one of the great dilemmas for the field of contemporary pedagogical relationships, constituting itself as one of the main challenges faced by teachers in their everyday professional practices.

Keywords: Authority. School education. Pedagogical relationships. Bibliographical survey..

I ntrodução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir um levantamento de estudos acadêmicos nacionais, exclusivamente dissertações, teses e artigos de periódicos produzidos entre o período de 1987 e 2012¹, que se propuseram a analisar as relações pedagógicas a partir do enfoque específico na questão da autoridade. É preciso reconhecer que múltiplas são as possibilidades pelas quais os fenômenos advindos do encontro pedagógico, cotidianamente estabelecido no contexto escolar, podem ser contemplados. Se, contudo, optou-se aqui por focalizar estudos que abordem especificamente a questão da autoridade, isso tem a ver, por um lado, com o entendimento da importância dessa temática para o campo educacional e, por outro, com a necessidade de um maior aprofundamento nas questões levantadas a partir dos trabalhos que a elegem como objeto central de problematização.

Em diferentes estudos que abordam questões como, por exemplo, a indisciplina ou a violência escolar (DAMKE, 2007; PAPPA, 2004; SILVA, 2007), diversos são os fatores assinalados como associados a esses fenômenos. Dentre esses inúmeros e complexos fatores apontados, a noção de esvaziamento contemporâneo da autoridade dos educadores aparece como um dos elementos mais recorrentes. Contudo, por não se constituir como temática central desses trabalhos, a dinâmica do processo pelo qual as relações de autoridade são estabelecidas nem sempre recebe a devida problematização. Nesse sentido, entende-se que um avanço na discussão acerca da questão da autoridade no âmbito pedagógico-escolar passa, necessariamente, por um esforço de levantamento e caracterização da produção bibliográfica de estudos que elegeram essa problemática como objeto analítico central.

Na contemporaneidade, a autoridade aparece como um tema inevitável em análises que enfocam as relações pedagógicas. De modo recorrente, tem ganhado especial destaque em um contexto marcado por instabilidades na constituição dos processos educativos e por constantes dificuldades e inseguranças enfrentadas por muitos daqueles que se dedicam ao trabalho de socialização das novas gerações. Por referência a esse cenário, certas análises educativas revelam, tanto na família como

na escola, que as relações entre jovens e adultos vêm sendo marcadas por tensões cuja complexidade não possui precedentes (RENAUT, 2005). Diante disso, torna-se fundamental interrogar de que modo as pesquisas acadêmicas têm se dedicado à análise dessa conjuntura.

No caso específico deste trabalho, a proposta é lançar contribuições para esse campo de debate mediante um levantamento bibliográfico pautado pelos seguintes critérios: publicações nacionais, ocorridas entre os anos de 1987 e 2012, nas modalidades artigos de periódico, dissertações ou teses, que tenham contemplado as relações pedagógicas do ponto de vista da questão da autoridade. A partir da sistematização dessas produções, espera-se contribuir para a compreensão dessa temática pela identificação das características de parte da produção acadêmica a ela dedicada, atentando para as convergências, divergências e aspectos ainda insuficientemente explorados.

Considerações metodológicas

O levantamento dos estudos que serviram de base para este trabalho foi feito a partir da busca em bancos de dados por meio da procura pelos seguintes descritores: “autoridade docente”, “autoridade pedagógica”, “autoridade do(s) professor(es)”, “autoridade escolar”, “autoridade na educação”, “autoridade e educação” e “autoridade e relações pedagógicas”. É evidente que outros estudos que também abordaram a questão da autoridade pudessem ser encontrados desde que a busca se pautasse por outros descritores, tais como: “indisciplina”, “violência escolar”, “relações de poder”, “relação professor-aluno” etc. Contudo, optou-se pela utilização de descritores que necessariamente abarcassem o conceito de autoridade como forma de orientar e facilitar o processo de seleção dos estudos que atendessem aos critérios delimitados por este trabalho.

Duas foram as fontes utilizadas para a localização desses estudos: o Banco de Teses da CAPES² e o Google Acadêmico³. No caso específico do Google Acadêmico, é importante salientar que, embora não considerado estritamente uma base de dados específica, a conveniência em valer-se dessa ferramenta para levantamentos bibliográficos está na possibilidade de acesso a estudos indexados em diferentes

bases de dados, ampliando a abrangência da busca por trabalhos em variadas modalidades acadêmicas e provenientes de diferentes áreas do conhecimento.

A partir da identificação das publicações conforme os descritores anteriormente mencionados, a seleção dos estudos ocorreu mediante a leitura do resumo dos trabalhos e, em alguns casos, do tópico de introdução. Desse modo, foi possível selecionar somente aqueles estudos cuja proposta, teórica ou empírica, contemplasse designadamente a investigação da questão da autoridade no âmbito das relações pedagógicas. Nesse sentido, foram desconsiderados trabalhos que, embora tragam contribuições para uma discussão mais ampla em torno da questão da autoridade na educação, não enfoquem, propriamente falando, o campo das relações pedagógicas como temática principal. Alguns desses trabalhos desconsiderados, inclusive, abordam a autoridade na educação de um modo mais amplo, contemplando as relações entre adultos e crianças ou adolescentes em contextos variados, como escola, família e comunidade. Além do mais, optou-se pelo recorte de estudos que contemplassem o contexto da Educação Básica nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo desconsiderados, portanto, aqueles que abordaram a autoridade no âmbito do Ensino Superior ou Ensino Técnico/profissionalizante.

A partir dos critérios mencionados, foram identificados 28 estudos, sendo quatro teses, 16 dissertações e oito artigos. Desse total, oito dissertações não estavam diretamente disponíveis para consulta ou *download* na *internet*. Para ter acesso a esses estudos, foram realizados contatos com os autores solicitando o envio de seus trabalhos em formato digital. Dos oito autores contatados, um não respondeu, quatro responderam informando não dispor do trabalho digitalizado e somente três enviaram o trabalho em formato digital, o que reduziu o *corpus* desta pesquisa para um total de 23 estudos que passarão por uma análise mais aprofundada de seus conteúdos na sequência deste artigo.

Caracterização geral dos estudos

Antes, contudo, da apresentação da análise mais minuciosa dos estudos selecionados, é importante uma breve caracterização dos modos pelos quais estes foram publicados, o que propiciará condições para que se possa identificar as principais modalidades, as áreas de vinculação e o período de publicação desses trabalhos. Como já apontado, foram selecionados 23 estudos para uma análise mais aprofundada. Entretanto, outros cinco estudos (FERRI, 1997; FEVORINI, 1998; KLEIN, 2005; MARDONES, 2004; SOUZA, 1993) só não integram esse conjunto em função de não terem sido disponibilizados em formato digital pelos seus autores. Como o propósito desse tópico é estabelecer uma caracterização geral das publicações, somente neste momento da análise esses cinco estudos serão considerados, perfazendo um total de 28 trabalhos, sendo oito artigos, 16 dissertações e quatro teses.

Conforme sistematizado na Tabela 1, é possível visualizar que, dentre as modalidades de publicações enfocadas por este trabalho, mais da metade são dissertações. Somados o número de teses e o de dissertações, é possível constatar que parte considerável das discussões em torno da questão da autoridade tem sido mobilizada por pesquisas de pós-graduação.

Modalidade de publicação	n.	%
Teses	4	14,3
Dissertações	16	57,1
Artigos	8	28,6

Tabela 1 – Distribuição dos estudos de acordo com a modalidade de publicação.

Do ponto de vista das áreas de vinculação das publicações⁴, conforme sistematizado na Tabela 2, constata-se que há um elevado predomínio trabalhos na área da educação (78,6%). Outras quatro áreas também possuem publicações acerca da temática aqui enfocada: Psicologia (10,7%), Letras, História e Sociologia (3,6% cada).

Área/Modalidade	Teses	Dissertações	Artigos	Total	%
Educação	3	13	6	22	78,6
Psicologia	1	1	1	3	10,7
Letras	-	-	1	1	3,6
História	-	1	-	1	3,6
Sociologia	-	1	-	1	3,6

Tabela 2 – Distribuição dos estudos de acordo com a área de vinculação da publicação/modalidade de publicação.

Outro aspecto que ajuda a caracterizar os estudos é conhecer o período em que foram publicados. Conforme já expressado, o recorte temporal das produções que constituem o *corpus* desta pesquisa compreende um período de 26 anos (1987-2012). Na Tabela 3, é possível visualizar a quantidade e a modalidade das publicações ao longo desse período dividido em quinquênios (com exceção dos primeiros seis anos, tomados conjuntamente). Como se pode notar, há indícios de que o interesse pelo estudo específico da questão da autoridade vem crescendo de maneira significativa ao longo do período considerado.

Área/Período	1987 - 1992	1993 - 1997	1998 - 2002	2003 - 2007	2008 - 2012
-	-	-	2		2
-	2	1	5		8
Artigos	1	-	3	1	3
Total	1	2	4	8	13

Tabela 3 – Distribuição das modalidades por períodos de publicação.

Por outro lado, como demonstrado na Tabela 4, percebe-se que, paulatinamente, vem crescendo o número de estudos com desenvolvimento ou publicação vinculada a outras áreas que não a educação, embora esse aumento venha ocorrendo também dentro do campo educacional.

Área/Período	1987 - 1992	1993 - 1997	1998 - 2002	2003 - 2007	2008 - 2012
Educação	1	1	4	6	10
Psicologia	-	1	-	-	2
Letras	-	-	-	1	-
História	-	-	-	-	1
Sociologia	-	-	-	1	-

Tabela 4 – Distribuição dos estudos de acordo com a área/período da publicação.

Em suma, uma caracterização geral dos trabalhos que especificamente enfocam a questão da autoridade no âmbito das relações pedagógicas sugere que o interesse por essa temática tem crescido nos últimos anos não só como uma discussão restrita ao campo da educação, mas também de outras áreas das ciências humanas. Nesse sentido, torna-se fundamental conhecer quais contribuições esses estudos têm trazido para melhor compreensão acerca das relações pedagógicas, quais as tendências têm apontado e sob quais perspectivas analíticas e metodológicas têm se fundamentado.

Resultados: discussão e análise dos trabalhos selecionados

O processo de análise e sistematização dos estudos que compõem esse levantamento passou pelo esforço de se identificar, em cada trabalho, o foco de interesse do estudo, as estratégias e opções metodológicas e as principais contribuições acadêmicas para o debate em torno da questão da autoridade no âmbito das relações pedagógicas. O material analisado foi dividido em três categorias de acordo com a proposta analítica e metodológica dos estudos.

A primeira categoria engloba os estudos de cunho exclusivamente teórico-conceitual, que apresentam como objetivo proporcionar elementos para a compreensão da questão da autoridade nas relações pedagógicas a partir de revisões de literatura e/ou da operacionalização de conceitos. Essa categoria engloba um conjunto de sete trabalhos: Aquino (1998), Davis e Luna (1991), Gonçalves (2012), Morgado (2011), Pereira (2009), Silva (2001) e Simon (2008).

A segunda categoria é composta por estudos empíricos, isto é, que envolvem pelo menos um procedimento de trabalho de campo, como entrevistas, observação do cotidiano escolar, encontros grupais, aplicação de questionários ou análise de documentos. Para essa categoria, foram selecionados 14 trabalhos: Albuquerque (2009), Araújo (2010), Bueno e Sant'Ana (2011), Casco (2007), Couto (2009), Kafrouni (2007), Lopes (2005), Novais (2004), Pintarelli (2012), Ravagnani (2006), Santos (2007), Santos e Chaves (2012), Sato (2012) e Silva (2011).

A terceira categoria, por fim, engloba estudos que, independente das referências que constituem a investigação, se teórico-conceituais ou empíricas, distinguem-se dos estudos componentes das duas categorias anteriores por anunciarem, como objetivo investigativo, a sinalização de norteamentos e princípios pedagógicos para o estabelecimento da autoridade nas relações educativo-escolares. Essa categoria é composta por dois trabalhos: Ghiggi (2001) e Vieira (2009).

Categoria 1: estudos teórico-conceituais

Na categoria estudos teórico-conceituais, conforme já adiantado, estão reunidos os estudos que buscam aprofundar as reflexões acerca da questão da autoridade no âmbito das relações pedagógicas, especificamente mediante revisões críticas da literatura ou por meio da operacionalização de conceitos teóricos. De modo geral, esses estudos mostram-se mobilizados em analisar essa temática tomando como premissa a constatação de que na contemporaneidade o fenômeno da autoridade afigura-se como um dos grandes dilemas para o campo da educação escolar. A partir de uma análise conjunta dos diferentes estudos que compõem essa categoria, é possível identificar pelo menos três perspectivas por meio das quais a questão da autoridade pode ser enfocada: 1) institucional, 2) relacional e 3) político-cultural.

1) Autoridade e relações pedagógicas por uma perspectiva institucional

Por meio de referenciais teóricos consideravelmente distintos, dois trabalhos analisam a questão da autoridade no âmbito pedagógico por uma perspectiva

institucional. Aquino (1998), em especial, partindo dos princípios teóricos da psicologia institucional de Marlene Guirado, buscou estudar as possíveis relações entre violência escolar e autoridade docente, sugerindo que tais fenômenos devam ser encarados a partir de uma perspectiva que leve em consideração as especificidades da configuração institucional escolar.

Para Aquino (1998), autoridade e violência são conceitos correlatos na medida em que é pela legitimação do poder de seus agentes – que uma vez legitimados passam a ser, assim, investidos de autoridade – que a instituição consegue efetivar sua violência, entendida, nesse caso, como uma ação que visa a levar alguém, mediante o uso de algum tipo de força, a praticar algum ato. Essa é, segundo o autor, uma importante pista para se tentar compreender a crise contemporânea da autoridade docente. Amparado nas contribuições da filósofa Hannah Arendt, Aquino (1998) sugere que a ação pedagógica moderna acaba, por princípio, a se desprender dos valores da tradição e, nesse sentido, vê-se diante de intensas ambiguidades na medida em que depende da tradição para legitimar-se. Ao não dispor da tradição como fonte legitimadora da autoridade, a violência mostra-se como desprovida das condições que lhe permitem efetivar-se sem que os conflitos sejam evidenciados, o que explicaria, até certo ponto, conforme o autor, as razões pelas quais essa violência aparece de modo cada vez menos velado.

Silva (2001), por outro lado, também chama a atenção para a necessidade de se analisar a autoridade no âmbito escolar dentro de uma conjuntura institucional. Tomando como ponto de sustentação analítica referenciais presentes em estudos a respeito da cultura empresarial e partindo de reflexões em torno do pensamento teórico de Hannah Arendt e Max Weber, a autora entende a autoridade como o estabelecimento de uma relação hierárquica, cuja legitimidade é reconhecida pelas partes envolvidas. Nesse sentido, sustenta que diferentes podem ser as fontes de legitimação da autoridade dos educadores.

No estudo em questão, Silva (2001) sugere que, se a autoridade aparece como uma questão problemática para a educação escolar contemporânea, isso se deve ao fato de que, em geral, prevalece nas organizações escolares a legitimação da autoridade baseada no cargo ocupado por ocasião da posse de um diploma. Essa

restrição do reconhecimento da autoridade no âmbito escolar provoca, de acordo com palavras da própria autora, “[...] uma centralização das decisões formais nas mãos da direção e um individualismo exacerbado nas práticas ocorridas na sala de aula, que são compartilhadas pelo grupo como um todo, por receio de represálias” (SILVA, 2001, p. 134). Como consequência dessa centralização, Silva (2001) chama a atenção para a tendência de esvaziamento da participação dos sujeitos na definição dos rumos para o funcionamento e estruturação da dinâmica institucional.

2) Autoridade e relações pedagógicas por uma perspectiva relacional

Os estudos teórico-conceituais que abordam a questão da autoridade pedagógica por um viés relacional são consideravelmente distintos entre si, sobretudo se tomados a partir dos referenciais teóricos que os sustentam. Assemelham-se – e por isso podem ser tratados em uma subcategoria específica – no sentido de estarem particularmente interessados em compreender elementos de ordem interpessoal que participam do estabelecimento de uma relação de autoridade.

O estudo de Davis e Luna (1991) aponta para a necessidade de se demarcar o conceito de autoridade em termos mais concretos desde que se queira compreender quais as especificidades da autoridade docente. De acordo com os autores, em nível das situações concretas que marcam o cotidiano da vida escolar, a autoridade docente configura-se tanto como uma qualidade investida pela escola quanto pelo reconhecimento, por parte dos alunos, de uma habilidade do professor. Em outras palavras, Davis e Luna (1991) defendem que a autoridade institucional conferida pela escola não é necessariamente suficiente para garantir a legitimidade da autoridade do professor, cabendo a este o compromisso profissional de convencer incessantemente que possui habilidade em “promover pessoas”. Diante disso, pode-se facilmente constatar que, no estudo desses autores, a capacidade de liderança por parte do professor destaca-se como um elemento relacional sobressalente para a compreensão das relações de autoridade na educação escolar.

Já Simon (2008) dedica-se a uma análise do conceito de autoridade presente na obra do sociólogo Richard Sennet visando, especificamente, a compreender a relação entre autoridade e indisciplina escolar. Obviamente, uma compreensão completa das argumentações apresentadas pela autora envolveria uma incursão pela

teoria de Richard Sennet, sobretudo presente na obra *Authority*, o que obviamente fugiria aos propósitos deste trabalho. Basta mencionar que, para a discussão aqui empreendida, Simon (2008) contribui ao fundamentar o argumento de que o estabelecimento das relações de autoridade no campo educacional escolar implica o envolvimento de diferentes elementos desde a assimetria social e institucional até aspectos de ordem emocional e subjetiva. A indisciplina escolar, nesse raciocínio, é entendida como expressão da desvinculação racional/emocional com a autoridade, processo cuja manifestação, segundo a autora, deve ser encarada como um componente da expressividade dos alunos acerca da ilegitimidade com que, por vezes, reconhecem as relações pedagógicas e escolares.

Buscando defender, também, a necessidade da consideração de elementos não necessariamente racionais na análise acerca da questão da autoridade no âmbito pedagógico, está o trabalho de Morgado (2011). Amparada por um referencial psicanalítico, a autora desenvolve um estudo que se propõe apontar elementos psíquicos inconscientes que participam da estruturação das relações pedagógicas e que tanto podem favorecer como dificultar o exercício “adequado” da autoridade do professor.

Morgado (2011) conduz sua análise de modo a ressaltar que, na questão da autoridade, a identificação do aluno com o professor é um fenômeno correlacionado ao processo de desenvolvimento psíquico dos sujeitos envolvidos, sobretudo dependente da forma como foi estruturada parte significativa de suas relações afetivas originais (familiares). Nesse sentido, as relações de autoridade são tomadas como estruturadas a partir de revivências, mediante processos transferenciais e contratransferenciais, de relações afetivas estabelecidas com os genitores. Ao propiciar condições para essa revivência, os manejos relacionais estão abertos a trocas interpessoais para além da pura relação intelectual, envolvendo, de uma ou outra parte, estratégias de sedução. Para a autora, tanto a afeição quanto a negação intensas e recíprocas entre alunos e professores desfiguram a relação pedagógica em sua finalidade fundamental, qual seja, o ensino e a autonomia intelectual do estudante.

É importante salientar que estudos como os de Davis e Luna (1991), Morgado (2011) e Simon (2008) acabam, em um ou outro ponto da reflexão, por abordar questionamentos endereçados à formação dos professores. Ao indicarem aspectos que participam da constituição das relações de autoridade, que não os de ordem

necessariamente racionais ou intelectuais, provocam indagações acerca de como os docentes estão preparados para o manejo de elementos, tais como, liderança, identificação, vinculações e desvinculações afetivas, que, como mostram, de modo nem sempre consciente, acabam atravessando o estabelecimento das relações pedagógicas.

3) A autoridade pedagógica em uma perspectiva político-cultural

Particularmente interessados em compreender os efeitos das conjunturas político-culturais contemporâneas no campo da educação, estão dois dos trabalhos incluídos na categoria dos estudos teórico-conceituais. Ambos os estudos dedicam-se a analisar as especificidades assumidas pela autoridade, em níveis educacional e pedagógico, diante de uma série de transformações que ocorrem para além dos campos educacional e escolar.

No trabalho *A crise da autoridade na educação e o discurso (neo)liberal*, Pereira (2009) busca analisar teoricamente a possível correlação entre os princípios neoliberais e a crise da autoridade na educação. Esse fenômeno é analisado tendo como base uma releitura da obra de Hannah Arendt a partir das teorizações de Michel Foucault acerca das noções de discurso, poder e saber. As problematizações desenvolvidas pela autora caminham no sentido de mostrar que a crise da autoridade na educação não pode ser remetida apenas às relações professor/aluno, devendo também ser considerada como um efeito da difusão do discurso neoliberal no âmbito da educação. Esse discurso é apontado como tributário do valor liberal concedido à noção de indivíduo, cujos interesses são colocados como preponderantes em relação aos interesses coletivos. Em termos educacionais, de acordo com conclusões do estudo, o neoliberalismo propicia condições para a sustentação de paradigmas, tais como, o pragmatismo, a psicologia moderna e o tecnocentrismo, que aparecem na obra de Arendt como fatores de produção da crise da autoridade na educação. Para Pereira (2009), as teorias da aprendizagem, sustentadas por esses paradigmas, tendem a reduzir o papel docente ao de mero auxiliar e facilitador, despojando a função pedagógica do professor e, conseqüentemente, minando sua autoridade. Baseada na concepção de poder em Foucault, para quem o poder deve ser tratado como indissociável do saber, a autora sugere que a crise da autoridade na educação

pode ser concebida como uma crise do saber docente, esvaziado do poder simbólico que garantiria à sua palavra um lugar de autoridade.

Tomando como uma das bases teóricas do seu trabalho também as considerações arendtianas acerca da questão da crise da autoridade na educação, Gonçalves (2012) propõe-se a discutir as condições para a efetivação da autoridade docente no mundo contemporâneo. Para tanto, procura confrontar reflexões de ordem teórica com as referências a respeito da autoridade docente presentes nos documentos que regem a educação nacional.

Para Gonçalves (2012), em consonância com Hannah Arendt, as relações pedagógicas contemporâneas são marcadas pela omissão dos adultos em assumirem perante os mais jovens a responsabilidade que têm do mundo. Tal desresponsabilização, entretanto, não se produziria em um vazio cultural, tendo também as suas próprias determinações. Como também indicada no trabalho de Pereira (2009), a entrada massiva dos princípios da psicologia moderna e do pragmatismo no âmbito das teorias acerca da aprendizagem é apontada como um aspecto relevante de todo esse processo. Entretanto, é possível afirmar que a grande novidade analítica, trazida pelo estudo de Gonçalves (2012), está em demonstrar, por meio da análise das políticas educacionais, uma significativa fragmentação da organização escolar que separa, de um lado, aqueles que pensam e, de outro, aqueles que executam as diretrizes da educação escolar, cabendo aos professores somente este último aspecto da função. Nesse sentido, um dos méritos desse trabalho está em acrescentar às discussões acerca da autoridade pedagógica os efeitos das interferências de órgão externos que, por meio de políticas educacionais, exercem rigoroso controle da ação pedagógica ao estabelecer conteúdos, materiais e métodos, limitando as possibilidades de exercício da autoridade docente conforme demandas administrativas e político-governamentais.

De um modo geral, é importante destacar a importância dos estudos teórico-conceituais tanto do ponto de vista analítico quanto do ponto de vista do papel de vanguarda que ocupam em torno do debate sobre a questão da autoridade na educação. No que diz respeito ao aspecto analítico, oferecem subsídios teóricos fundamentais e chamam a atenção para fatores nem sempre acessíveis à observação direta no cotidiano das relações escolares. Já no que se refere ao papel de vanguarda que ocupam no campo de discussões acerca da questão da autoridade na educação

cumprem a importante função não só de sistematizar estudos e análises já realizados como a de despertar o interesse pela investigação empírica dos fenômenos analisados em nível conceitual. Exemplo concreto disso é o próprio estudo de Arendt (1954/2009), um trabalho de cunho teórico-conceitual, vastamente citado na literatura que trata da relação entre autoridade e educação e que, a partir de sua publicação na década de 1950, abriu caminho para muitas reflexões acerca dessa temática. Do mesmo modo, estudos teórico-conceituais pioneiros no Brasil, como os de Aquino (1998) e Davis e Luna (1991), são vastamente citados por diferentes trabalhos que, em alguma medida, também se propõem ao estudo dessa problemática.

Categoria 2: estudos empíricos

O maior número de trabalhos selecionados para serem analisados neste artigo está incluído na categoria aqui nomeada como estudos empíricos. É interessante notar que a prevalência de trabalhos com essas características aparece como um fenômeno relativamente recente. A propósito, dentre os estudos que compõem este trabalho, o primeiro só apareceu em 2004. Em compensação, dos 13 trabalhos publicados no último quinquênio do período considerado, oito deles (isto é, 61,5%) caracterizam-se como estudos empíricos. Tal conjuntura não só sugere que cada vez mais a autoridade vem se constituindo como um objeto de interesse específico, como também que tem sido emergente a necessidade de se investigar essa questão a partir de metodologias de pesquisa que permitam o acesso mais direto a elementos das relações pedagógicas.

As diferenças entre as metodologias de pesquisa dos estudos empíricos revelam enfoques distintos de investigação entre os trabalhos e, nesse sentido, para efeito de apresentação, serão aqui subdivididos de acordo com as características desses enfoques. Uma parcela predominante, composta por oito estudos, interessa-se particularmente pelas percepções que os sujeitos da relação pedagógica possuem acerca da questão da autoridade. Outra parcela, composta por cinco estudos, focaliza a autoridade mediante elementos provenientes também da observação do cotidiano das relações pedagógicas.

1) A autoridade na percepção dos sujeitos da relação pedagógica

Dentre as investigações que enfocam exclusivamente a percepção dos sujeitos da relação pedagógica acerca da questão da autoridade, destaca-se o predomínio de estudos que se valem de entrevistas semiestruturadas como recurso metodológico para coleta de dados. Além do mais, todos esses trabalhos contemplam, em alguma medida, a concepção dos professores, sendo que somente três envolvem associadamente também a percepção dos alunos.

Os estudos de Ravagnani (2006) e Sato (2012) apresentam, similarmente, como motivação para o enfoque na questão da autoridade, as queixas de muitos professores de que o declínio de suas autoridades estaria associado às transformações ocorridas com a implantação da política de organização do ensino em ciclos com progressão continuada no estado de São Paulo. Foi recorrente na fala dos professores a percepção de que o fato de não terem mais o direito de reprovar os alunos, anualmente, dificultaria o exercício da autoridade docente.

O trabalho de Sato (2012) focou especificamente a percepção dos professores. Esse estudo permite visualizar a percepção de grande parte dos professores de que o declínio da autoridade docente configura-se como uma das maiores dificuldades de seu exercício profissional na contemporaneidade. Não só fatores como a implantação da política de progressão continuada, mas também a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o suposto descomprometimento e negligência das famílias com o estudo dos filhos, as limitações estruturais da escola ou mesmo as próprias posturas profissionais são apontados pelos professores como elementos que interferem na autoridade docente. Para a autora, contudo, prevalece entre os professores uma concepção de autoridade sustentada pela visão tradicional da prática pedagógica, o que explica, segundo ela, a quase generalidade com que ideais saudosistas aparecem na fala de professores que, recorrentemente, expressam o desejo do regresso das condições as quais no passado supostamente garantiam maior controle dos alunos.

Já Ravagnani (2006), interessada em uma sistematização das concepções de autoridade que aparecem na fala dos professores, dedica-se a comparar a representação social de autoridade presente na fala de alunos e professores da Educação Básica, com o intuito de classificar essas representações em termos de

níveis evolutivos, conforme proposto pelo modelo psicogenético de Juan Delval. Os dados empíricos, confrontados com o referencial teórico utilizado pela autora, sugerem que as representações de autoridade, entre crianças, variam conforme a idade, de tal forma que as representações das crianças mais novas (sete/oito anos) são mais distintas em relação às dos adultos. Nesse sentido, o estudo aponta que as noções de autoridade entre as crianças mais novas distinguem-se, de modo mais impreciso, das concepções de autoritarismo, distinção que se torna mais clara conforme a chegada da adolescência. Dessa forma, Ravagnani (2006, p. 235) conclui que as representações de autoridade “[...] submetem-se a um processo psicogenético que ocorre em níveis cada vez mais avançados”. A autora, entretanto, chama a atenção para o fato de somente a idade não explicar o desenvolvimento conceitual da concepção de autoridade, já que, mesmo entre alguns professores, a distinção entre as noções de autoridade e autoritarismo ainda não está muito bem definida.

No estudo intitulado *Autoridade dos professores e direito das crianças: contradição e transformação*, Santos e Chaves (2012) partem do recorte de uma investigação mais ampla acerca da concepção de estudantes e professores sobre direitos humanos, para discutirem a questão da autoridade dos professores. Os autores revelam que as motivações para o enfoque na percepção dos sujeitos, quanto a noção de autoridade, advieram de uma queixa docente associada a um fator já apontado pelo trabalho de Sato (2012): a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O estudo centrou-se nas falas tanto de alunos quanto de professores. Os dados levantados por esse trabalho mostraram que, se por um lado, as crianças significavam seus direitos em sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente, por outro, este era objeto de desconfiança e mesmo de oposição por parte de alguns professores, que o associavam a um dispositivo de negação de sua autoridade.

Para Santos e Chaves (2012), parte dessa visão de oposição entre direitos das crianças e autoridade dos professores deve-se à concepção de autoridade estreitamente relacionada ao poder disciplinador e à capacidade de controle da classe. Nesse sentido, os autores defendem que a percepção de perda da autoridade vivenciada pelos professores corresponderia, na verdade, à perda de um poder que autorizava uma prática pedagógica diretiva, impositiva e autoritária.

Outros estudos, como os de Albuquerque (2009), Couto (2009), Pintarelli (2012) e Silva (2011), também se concentram em levantar as concepções de

autoridade presente na fala dos professores. Albuquerque (2009) buscou investigar as representações sociais sobre a autoridade docente mediante entrevistas semiestruturadas e associação livre de palavras com 42 professores(as) da rede estadual de Pernambuco. O estudo mostrou que a percepção de enfraquecimento da autoridade, presente na fala dos professores, é um elemento recorrente e, por vezes, associada a outros componentes, como indisciplina e desinteresse dos alunos. Prevaleceu uma visão de autoridade ligada à ideia de poder unilateral sobre os alunos, tais como o poder de ordenar e de fazer-se respeitar. Aspectos como o caráter normativo, o domínio do conteúdo e a responsabilidade pelas tarefas educativas também estiveram presentes, embora com menor frequência. Para Albuquerque (2009), a análise das representações sociais acerca da autoridade docente, presente na fala dos professores, revela que a maior parte dessas representações está assentada em concepções predominantemente autoritárias, na medida em que estão identificadas com o desejo dos educadores pelo retorno a uma ordem escolar rígida e unilateralmente regida.

No mesmo sentido, o estudo de Pintarelli (2012), baseado em entrevistas semiestruturadas com 11 professores da Educação Básica da rede pública estadual do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, revela a recorrência com que a percepção de crise da autoridade aparece na fala dos docentes. Entre os fatores que explicariam essa crise, os professores pesquisados apontaram desde elementos mais gerais, como o declínio da legitimidade da escola, a desvalorização social do professor, a influência das novas mídias e a ampliação dos direitos das crianças, até elementos mais específicos, como a idade e o gênero dos alunos. O estudo defende ainda a hipótese de que o fato de um professor ser ou não carismático parece não ter tanta relevância para a obtenção da autoridade, uma vez que um mesmo professor afirma ter autoridade sobre os alunos dos anos iniciais e não a ter sobre os alunos do Ensino Médio.

O trabalho de Couto (2009) mostra-se pertinente para a visualização de como a ideia de crise é de fato recorrente entre os professores. A autora recorre a uma metodologia ligada à proposta da história oral na entrevista com 12 professores que atuaram em momentos históricos diferentes: 1) professores que iniciaram suas atividades antes de 1964; 2) professores que lecionaram entre meados da década de 1970 até a década de 1990 e 3) professores que atuaram a partir da década de 1980

e estão ainda em atividade. Entre os aspectos marcantes desse trabalho, pode-se destacar que a percepção de declínio da autoridade nas relações pedagógicas é algo que perpassa, ainda que de maneira distinta, a visão de professores atuantes em diferentes momentos históricos. Além do mais, o estudo revela como as problemáticas pedagógicas ganharam configurações e abordagens distintas ao longo da história. Se, para os professores mais antigos, o principal desafio docente, em relação à autoridade, aparece como vinculado à busca pela manutenção da ordem e da moral, os discursos dos professores mais novos apontam para preocupações ligadas à necessidade da construção de práticas pedagógicas mais democráticas e, ao mesmo tempo, para fenômenos associados ao processo de urbanização que ultrapassam os muros da escola, como a violência urbana, o uso de drogas e a precariedade dos espaços de socialização.

Silva (2011), por sua vez, propõe-se a articular uma discussão entre autoridade docente e vínculo educativo contemporâneo mediante o diálogo entre reflexões teóricas e o discurso de cinco professores da rede pública municipal de Belo Horizonte, integrantes de um processo de intervenção clínico-pedagógico do qual o autor participou como pesquisador-observador. É interessante pontuar que o enfoque na temática da autoridade nasceu, conforme revela Silva (2011), justamente da frequência com que a questão da crise da autoridade apareceu na fala dos professores durante o processo de intervenção, sugerindo que, como em outros estudos, a percepção de declínio da autoridade é bastante presente na percepção dos professores estudados. Por meio dos dados coletados, o autor demonstra acreditar que os professores que a perda da autoridade docente é um dos efeitos do declínio da autoridade que ocorre também em outros contextos. Diante de sua desautorização diante dos alunos, muitos professores manifestam o sentimento de impotência na resolução de conflitos. O conhecimento é apontado pelos professores como um dos elementos que poderiam garantir a razão de ser da escola. Porém, esses mesmos professores demonstram-se descrentes com a centralidade assumida pelo conhecimento na escola, já que, por um lado, o saber escolar aparece como desvalorizado no âmbito de uma sociedade da informação desenfreada e, por outro, como não mais de “propriedade do professor”, mas, antes, vinculado a dispositivos das novas tecnologias.

O trabalho de Santos (2007), por outro lado, propõe-se a identificar as concepções de alunos e professores acerca da noção de autoridade. Para a autora, desperta a atenção o fato de alguns professores ainda conseguirem realizar o seu trabalho pedagógico sem grandes entraves em um contexto marcado pela crise da autoridade docente. O questionamento em relação a esse aparente paradoxo é que levou a autora à escolha de uma professora tida pelos alunos como detentora de autoridade. A coleta de dados foi realizada mediante a produção de texto elaborada pelos alunos enfocando a temática da autoridade e entrevistas semiestruturadas com os alunos e com a professora.

A análise dos dados empíricos levantados por esse trabalho revela que, na fala de alguns alunos, manifesta-se o interesse pela existência da autoridade no contexto escolar na medida em que demandam que o professor ocupe o lugar de mestre no exercício de sua prática. Para Santos (2007), boa parte dos discursos proferidos pelos alunos demonstra certa introjeção da representação social de que a escola é um lugar de trabalho, ocupação e realização de atividades, o que legitima o direito de a professora de exercer sua autoridade, muitas vezes mediante o uso de certos instrumentos para a garantia da disciplina, como o envio de bilhete aos pais e mesmo os gritos para chamar a atenção dos alunos. Dentre as principais características do professor com autoridade, os alunos apontam a responsabilidade, a capacidade de controle disciplinar e a postura de diálogo e contratualidade em relação às normas. Na fala da professora, o significado de autoridade aparece preponderantemente ligado a elementos como o compromisso, a autonomia e a responsabilidade.

Cabe neste momento pontuar alguns elementos que se destacaram pela frequência de recorrência entre os trabalhos. Em primeiro lugar, é digno ressaltar-se a percepção dos professores, que aparece de modo praticamente unânime em diferentes estudos, de que a autoridade docente está em declínio. Nesse sentido, vários trabalhos apontam que grande parte dessa percepção de declínio aparece na fala dos professores como relacionada à noção de perda dos dispositivos que garantiam o controle disciplinar, sugerindo uma forte vinculação, na concepção docente, entre as noções de autoridade e o aspecto disciplinar da vida escolar. Por fim, destaca-se o modo como a questão da autoridade perpassa uma série de outras discussões, como políticas de estruturação do ensino, promulgação dos direitos das crianças, relação família-escola e difusão das novas mídias, entre outros aspectos.

2) A autoridade no cotidiano das relações pedagógicas

Os estudos que enfocam as relações pedagógicas em uma perspectiva cotidiana estão interessados em compreender não só a percepção dos sujeitos, mas, sobretudo, como esses sujeitos lidam com a questão da autoridade no dia a dia das situações escolares. As inter-relações entre autoridade e prática docente, autoridade e disciplina e autoridade e relações sociais estão entre os principais focos de interesse desses trabalhos.

Em um estudo de base etnográfica, Novais (2004) propõe-se a analisar a prática de uma professora de português de uma escola pública do Rio de Janeiro e, dentre outros aspectos, compreender como a autoridade foi exercida por essa professora em uma turma do 2º ano do Ensino Médio. O motivo que levou à escolha da professora deve-se ao fato de ela ser reconhecida pela comunidade escolar como uma docente que “consegue manter a disciplina em sala de aula sem ser autoritária”, o que, para a autora, constituiu-se uma oportunidade para responder à pergunta que dá nome ao seu artigo: “É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário?” De acordo com o estudo, o que contribui para que a professora investigada mantenha o controle disciplinar é o fato de exercer uma autoridade do tipo “liberal”, entendida como uma relação de poder pautada pelo respeito mútuo e pela obediência voluntária. Mediante as observações de sala de aula, Novais (2004) identificou que a professora não se colocava como única detentora do conhecimento ou do poder, ou como opositora da voz dos seus alunos, e lidava com as regras de maneira negociada. A autora sugere que as consequências mais evidentes desse tipo de relação são um comportamento mais disciplinado por parte dos alunos e uma postura mais positiva destes diante das regras.

Araújo (2010), em um estudo de base etnográfica, buscou compreender de quais dispositivos pedagógicos os professores se valem para obtenção ou manutenção de sua autoridade na sala de aula e como tais dispositivos interferem no cotidiano das relações professor-aluno. Como contribuição principal, o trabalho aponta que elementos da organização escolar (como projeto do estabelecimento, clima escolar, relação com os pais, características da gestão etc.) interferem nas relações pedagógicas, podendo ser mais ou menos favoráveis à autoridade docente conforme

o nível de integração por parte da equipe pedagógica do ponto de vista das normas e objetivos. Por outro lado, constatou-se que a busca pela construção de uma relação mais amistosa com os alunos constitui um dispositivo pedagógico eficiente e valorizado tanto pelos professores quanto pelos alunos, indicando que cada vez mais a afetividade e a contratualidade passam evidenciar-se como elementos significativos na relação pedagógica.

Por sua vez, o estudo desenvolvido por Lopes (2005) propõe-se a conhecer como são estabelecidas as relações pedagógicas do ponto de vista da autoridade docente e da liberdade dos alunos. A coleta de dados desse trabalho foi realizada por meio de entrevistas (individuais e grupais) realizadas com professores e alunos do Ensino Médio noturno de uma escola pública de Porto Alegre, além de observações do cotidiano escolar. No que se refere às contribuições acerca da autoridade pedagógica, a autora discute, a partir dos dados e reflexões teóricas que compõem o estudo, ser o exercício da autoridade docente atravessado por diversos fatores, mantendo relação direta com o processo de formação (pessoal e profissional) do professor e com as dificuldades contextuais inerentes à contemporaneidade, tais como: baixos níveis salariais, precárias condições de trabalho, jornadas duplas ou triplas de trabalho, desvalorização social docente e descentralização do saber, expressa pela possibilidade de contato dos alunos com informações por meio de novas mídias. Nesse contexto, a autoridade docente deixa de ser dada *a priori*, constituindo-se em um elemento a ser construído mediante a contínua necessidade de demonstração do valor dessa autoridade. O desânimo pelo engajamento nessa construção conduz, por vezes, ao desinteresse, por parte dos alunos, ou ao enrijecimento do controle disciplinar, por parte dos professores, dificultando uma prática pedagógica pouco reflexiva e, conseqüentemente, pouco viabilizadora de uma formação para a autonomia.

Em uma perspectiva particularmente distinta dos trabalhos que enfocam a questão da autoridade pelo viés das práticas pedagógicas, Casco (2007) esteve mais interessado em compreender os elementos constitutivos do exercício da autoridade professoral e o modo como tais elementos interferem tanto na formação dos alunos quanto no desenrolar das relações sociais estabelecidas por eles na escola, seja em sala de aula, seja durante o recreio. Tomando como referencial teórico, sobretudo, autores da Escola de Frankfurt (Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert

Marcuse), o autor investigou alunos da 4ª série do Ensino Fundamental de uma escola municipal de São Paulo pela observação das relações sociais que se dão, na sala de aula e no recreio, entre professores e alunos e destes entre si.

Dados trazidos por esse estudo indicam que o tipo de autoridade exercido pelo professor tem relação direta com práticas de participação dos alunos nas aulas, aspecto que não é somente determinado pelo tipo de autoridade docente, mas também pela própria característica de cada disciplina (que ocupam entre si lugares hierárquicos distintos). A investigação também permitiu constatar a maneira como o exercício da autoridade docente está fundado em uma relação mecanizada do processo de transmissão do conhecimento, de tal modo que práticas de reprodução dos conteúdos são mais valorizadas que a busca pela compreensão dos mesmos. A respeito das relações sociais estabelecidas no recreio, a análise encontra correlações entre as práticas de repreensão e classificação realizadas pelos professores em sala de aula e os agrupamentos formados durante o recreio, permitindo a Casco (2007, p. 257) corroborar sua hipótese inicial de que “[...] a construção das relações sociais que se desenvolvem entre os alunos na sala de aula e no recreio são relacionadas com o exercício da autoridade professoral”.

Kafrouni (2007), por outro lado, aborda a questão da autoridade como uma das problemáticas centrais do seu estudo, embora não de modo exclusivo. A pesquisa partiu de um trabalho de intervenção, do qual a autora participou como estagiária, em uma escola da periferia da cidade de Piraquara-PR, cuja demanda estava relacionada à violência escolar. Kafrouni (2007) valeu-se de dados proporcionados pelo processo de intervenção, observação participante do cotidiano escolar, grupos operativos com os alunos, aplicação de questionários e entrevistas com os professores, entrevistas semiestruturadas com a equipe pedagógica e direção da escola e encontros com alguns pais e representantes da Secretaria Estadual de Educação e da Polícia Militar.

A variedade das fontes de informação, associada a propostas não necessariamente direcionadas à temática da autoridade, tornam dispersas as contribuições desse trabalho do ponto de vista da questão da autoridade propriamente dita. Entretanto, cabe destacar o esforço do estudo em associar a percepção dos atores sociais à construção e às lógicas das dinâmicas institucionais. A esse respeito, é elucidativa a demonstração de que há, na fala dos professores, uma visão generalizada de que estão “esvaziados de autoridade”, o que os conduz, conforme

sugere Kafrouni (2007), a recorrer às estratégias de medidas autoritárias ou repressivas, ainda que simbólicas, como encaminhamento para a direção, acionamento da Polícia Militar, culpabilização da família e segregação dos anseios dos alunos no processo de organização escolar. Tais medidas não deixam de ser reconhecidas pelos alunos como violências simbólicas, levando-os, muitas vezes, a reagirem diante delas de maneira tão ou ainda mais violenta.

Por fim, o estudo de Bueno e Sant'Ana (2011), único dentre os estudos reunidos neste levantamento a focar exclusivamente a perspectiva dos alunos na compreensão acerca da questão da autoridade, interessou-se particularmente por tentar compreender quais os elementos valorizados pelos alunos na atribuição de legitimidade à autoridade dos professores e como a concepção, que esses alunos possuem, interfere na relação que estabelecem cotidianamente com os docentes e a escola. A coleta de dados do trabalho foi realizada mediante a conjugação de observações de sala de aula, encontros grupais e entrevistas semiestruturadas.

Conforme dados levantados por esse estudo, entre os elementos presentes na concepção dos alunos acerca do exercício da autoridade docente estão o uso do poder coercitivo, a capacidade de explicar bem a matéria e o bom relacionamento com os alunos. O peso de valorização que cada um desses elementos desempenha varia de acordo com a perspectiva pela qual os alunos encaram a situação pedagógica. Ou seja, a percepção do que significa autoridade e como é legitimada é distinta desde que o que esteja em jogo seja a manutenção da ordem disciplinar, ou o interesse e a necessidade de aprendizagem ou, ainda, a busca pela sociabilidade. De acordo com os autores, o trabalho permitiu concluir que, no âmbito concreto das interações cotidianas, as relações entre alunos e professores sustentam-se em dois padrões relacionais opostos. Um, em que a autoridade é estabelecida por negociação mediante as situações em que o respeito ao professor é contratual e outro, referenciado em uma concepção de autoridade em que o professor impõe-se diante dos alunos pelo uso da coerção. Para Bueno e Sant'Ana (2011), o contexto em que se presume a existência de uma crise da autoridade docente revela, entre outros aspectos, uma rejeição a esse segundo tipo de pedagogia em favor de relações pedagógicas amparadas no primeiro tipo de padrão relacional, isto é, fundado na negociação.

Ao enfocarem o cotidiano das relações pedagógicas, os estudos que abordam empiricamente a questão da autoridade são instigados a se atentarem para outros aspectos, que não somente a questão do declínio da autoridade docente. A própria necessidade de compreensão do modo como se efetivam as práticas pedagógicas, objeto de análise de alguns desses trabalhos, revela uma busca por se avançar no entendimento de como os fatores, apontados como desencadeantes de uma suposta crise, operacionalizam-se no cotidiano pedagógico. Tais estudos promovem avanços fundamentais para a análise da questão da autoridade ao trazerem para a discussão elementos vivos do cotidiano escolar e, desse modo, permitirem o confronto e a atualização das formulações teóricas. Vale ressaltar que, de modo geral, corroboram ao mesmo tempo em que alimentam a noção condensada em estudos teórico-conceituais de que a negociação e a contratualidade são elementos não só cada vez mais presentes no estabelecimento da autoridade nas relações pedagógicas, como também mais necessários.

Categoria 3: sinalizações pedagógicas

Esta categoria é composta por dois trabalhos: um de cunho empírico e outro de cunho teórico-conceitual, que não puderam ser incluídos em nenhuma das duas primeiras categorias apresentadas anteriormente dadas as especificidades de seus objetivos. Por caminhos e perspectivas distintas, ambos os trabalhos estão interessados não somente em compreender aspectos associados à questão da autoridade no âmbito das relações pedagógicas, mas, principalmente, em sinalizar princípios para o estabelecimento dessa autoridade. É importante se destacar que a grande distinção que marca esses estudos é justamente o caráter propositivo que orienta as análises e reflexões. Independente desse aspecto, contudo, é de interesse deste trabalho em particular compreender os elementos analíticos que levantam a compreensão da autoridade no âmbito pedagógico.

O trabalho de Ghiggi (2001) constitui-se a partir de reflexões mobilizadas por uma proposta de busca por sentidos capazes de legitimarem a autoridade docente em um contexto de pós-modernidade, marcado, conforme pondera o autor, pela crise dos referenciais e da legitimidade dos regimes de verdade. A obra do educador Paulo

Freire destaca-se como principal referencial teórico que conduz as reflexões. Guiggi (2001) salienta que, na pedagogia proposta por Paulo Freire, a noção de autoridade aparece relacionada (e não oposta) ao ideal de liberdade. Nesse sentido, defende que a educação não pode prescindir da noção de autoridade desde que vise à emancipação dos sujeitos. Além do mais, argumenta que grande parte da recusa contemporânea ao conceito de autoridade deve-se ao fato de que historicamente as autoridades estiveram vinculadas a ações autoritárias.

Ghiggi (2001) considera que a função docente possui tanto uma dimensão de autoridade pedagógica, ligada ao ensino, como também uma dimensão política, na medida em que pode contribuir na promoção de condições para os educandos conhecerem sua realidade e organizem-se para transformá-la. Dessa forma, o autor aponta que a autoridade do professor deve almejar a produção da consciência crítica como protagonista e viabilizadora de condições para a produção do contraditório, já que, pelo contraditório, faz-se possível reagir e criar alternativa ao estado social vigente. Em suma, a autoridade pedagógica deve estar a serviço da promoção do diálogo e de construção de estratégias de superação das dificuldades inerentes ao processo de aprender.

Vieira (2009) esteve interessada em promover um estudo, de cunho empírico, visando estabelecer bases de legitimação para a autoridade docente compatível com uma proposta de “educação para a paz”. A noção de educação para a paz congrega, no estudo, um conjunto de referenciais teórico-metodológicos que apostam na educação como caminho para a superação da violência e da guerra mediante a promoção de condições para a garantia dos direitos humanos e abordagens criativas dos conflitos. O estudo pautou-se no propósito investigativo de compreender a representação da autoridade dos educadores, na perspectiva de estudantes e de seus professores, bem como em levantar as características principais que perpassam essas representações, identificando como tais características facilitam a prática da educação para a paz. Como estratégia metodológica, Vieira (2009) optou por usar, como instrumento de coleta de dados, cartas dos alunos aos professores que mais admiravam e entrevistas semiestruturadas com os docentes que receberam o maior número de cartas.

Por meio da análise do conteúdo das cartas e da fala dos professores, Vieira (2009) buscou traçar um perfil dos atributos que legitimam a autoridade docente. Para

os professores, são atributos que lhes garantem o reconhecimento de autoridade: a responsabilidade, a assiduidade, a pontualidade, a coerência, o equilíbrio emocional e o respeito à diversidade e às diferenças. Do ponto de vista dos alunos, os professores com autoridade são descritos como pessoas maduras, adultas, responsáveis, tolerantes e capazes de transmitir valores de honestidade e respeito e de estabelecer relações marcadas pelo vínculo, pelo afeto, pela solidariedade, pela diversão e pela compreensão. Ao longo do texto, a autora buscou esclarecer o posicionamento de alunos e professores a partir de diálogos com concepções teóricas e/ou pedagógicas que buscam elucidar processos e elementos que favorecem a legitimação da autoridade e a facilitação de um vínculo pedagógico mais favorável ao respeito e à aprendizagem, não se omitindo de expressar seu posicionamento acerca do que considera exageros ou carências, acertos ou equívocos no âmbito das relações educativas escolares contemporâneas.

Embora particularmente propositivos, os trabalhos reunidos na categoria aqui denominada sinalizações pedagógicas, não deixam de trazer contribuições para uma discussão mais analítica acerca da questão da autoridade. Ao colocarem-se o desafio de indicar rumos para a construção de relações pedagógicas pautadas em princípios específicos de autoridade, tais trabalhos veem-se confrontados com a problemática da definição dos aspectos capazes de garantir a legitimidade da autoridade docente. Suas propostas, pautadas pela construção de práticas democráticas, sustentadas no respeito mútuo, no diálogo, na responsabilidade etc., talvez sejam sintomáticas de um contexto, cujas características de outros trabalhos vêm denunciando: a demanda cada vez maior pela contratualidade como elemento de sustentação e legitimação da autoridade docente.

Considerações finais

Este trabalho propôs-se a analisar e sistematizar estudos acerca das relações pedagógicas que tenham contemplado a autoridade como elemento central de investigação. Tomados em conjunto, os estudos aqui reunidos caracterizam-se por uma ampla diversidade de enfoques e métodos investigativos, o que sugere a multiplicidade de perspectivas pelas quais a questão da autoridade pode ser

explorada. Outra importante constatação possível a partir deste levantamento é a de que o número de estudos com esta proposta investigativa tem crescido nos últimos anos, sendo também crescentes a quantidade de trabalhos que se caracterizam como estudos empíricos e o interesse de outras áreas, além da educação, pela investigação dessa temática.

A análise mais detida dos estudos que constituíram o *corpus* desta pesquisa revela que a autoridade configura-se como um dos grandes dilemas para o campo das relações pedagógicas contemporâneas, constituindo-se como um dos principais desafios apontados, sobretudo por professores no cotidiano de suas práticas profissionais. Do ponto de vista investigativo, os estudos têm se desenvolvido por diferentes vias de acesso a esse fenômeno, seja mediante análises teóricas, seja pelo levantamento da percepção dos sujeitos que compõem as relações pedagógicas, seja por meio da análise das lógicas de constituição do cotidiano escolar. Há ainda trabalhos que se lançam ao propósito investigativo de levantar princípios para o norteamento das práticas pedagógicas.

De modo geral, os estudos têm indicado que o grande desafio colocado pela contemporaneidade tem a ver com o problema da legitimação da autoridade. Em um contexto em que a tradição e a instituição escolar enfrentam obstáculos para sustentar essa legitimidade, muitos educadores acabam por apostar em dispositivos disciplinares e institucionais de controle como os únicos meios capazes de garantir a manutenção da ordem escolar. Isso vai de encontro ao que é demonstrado por alguns trabalhos: diversos educadores queixam-se de dispositivos, como a Progressão Continuada ou o Estatuto da Criança e do Adolescente, muito menos pelo conteúdo dessas políticas e muito mais pela noção de que contribuiriam para o processo de desapropriação do professor do lugar de autoridade supostamente ocupado nas relações educativas de outrora. Nesse cenário, não chega a surpreender a proposição de estudos interessados em analisar a prática de professores que se destacam por supostamente conseguirem a manutenção da disciplina sem o apelo a dispositivos autoritários ou de tentativas de se lançar princípios norteadores para a construção de novas formas para o estabelecimento da autoridade no âmbito educacional-pedagógico contemporâneo.

É digno de destaque o avanço na discussão acerca da questão da autoridade propiciado por trabalhos que enfocam essa temática como objeto central de

investigação. Contudo, não se pode deixar de pontuar os múltiplos aspectos ainda insuficientemente explorados. Tem-se, de fato, ainda pouco conhecimento da perspectiva dos outros sujeitos que compõem a relação pedagógica, seja de forma mais direta, como é o caso dos alunos, seja de forma indireta, como os membros que constituem a constelação familiar dos estudantes. Além do mais, pouco foi explorado a respeito das influências que a socialização dos sujeitos, ou mesmo as próprias interações sociais cotidianamente estabelecidas no contexto institucional escolar, exercem sobre o modo como as relações de autoridade se constituem no âmbito das relações pedagógicas. Nesse sentido, é possível concluir que se fazem necessárias pesquisas que abordem de modo mais abrangente a questão da autoridade mediante a exploração de outras perspectivas que não somente a dos professores, o que evidentemente não impede que a perspectiva destes continue sendo explorada.

Indicar o quanto houve de avanço em uma determinada discussão e o quanto ainda há para avançar, quais os caminhos trilhados e quais aqueles ainda pouco explorados, talvez sejam as principais contribuições almejadas por um levantamento bibliográfico dessa ordem. A expectativa é que o valor deste trabalho seja considerado menos pelo olhar que lança para o passado, ao sistematizar produções realizadas, e mais pelo olhar que convoca para o futuro, naquilo que aponta como possibilidades de investigações a serem construídas.

Referências

ALBUQUERQUE, Márcio Carneiro de. *Autoridade docente nas representações sociais de professores (as): implicações no espaço da sala de aula*. 237f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2012.

AQUINO, Júlio Groppa. A violência escolar e a crise da autoridade docente. *Cadernos CEDES*, Campinas-SP, v. 19, n. 47, p.7-19, dez. 1998.

ARAUJO, Ingrid Kraemer Wermelinger Sancho. *A relação de autoridade entre professor/aluno: construção de dispositivos na sala de aula e na organização escolar*. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BUENO, Fabrício Aparecido. SANT'ANA, Ruth Bernardes de. A experiência geracional na fala de alunos de escola pública: a questão da autoridade docente.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 92, n. 231, p. 316-340, maio/ago. 2011.

CASCO, Ricardo. *Autoridade e formação: relações sociais na sala de aula e no recreio*. 277f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

COUTO, Sara de Oliveira Gomes. *Escola e autoridade: uma perspectiva histórica (1960-1990)*. 139f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2009.

DAMKE, Anderléia Sotoriva. *A percepção social da indisciplina escolar*. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiti do Paraná, Curitiba-PR, 2007.

DAVIS, C.; LUNA, S. A questão da autoridade na educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 76, p. 65-70, fev. 1991.

FERRI, Edila. T. *A autoridade docente em nova perspectiva: um estudo exploratório*. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

FEVORINI, Luciana Bittencourt. *A autoridade do professor: um estudo das representações de autoridade em professores de 1º e 2º graus*. 116f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GHIGGI, Gomercindo. A autoridade a serviço da liberdade: diálogos com Paulo Freire e professores em formação. *Perspectiva*. Florianópolis-SC, v.19, n.2, p. 469-492, jul./dez. 2001.

GONÇALVES, Tânia. *Autoridade docente: pensamento, responsabilidade e reconhecimento*. 178f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KAFROUNI, Maria Angélica Sant`Anna. *Escola, autoridade e indisciplina: um estudo de caso*. 108f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2007.

KLEIN, Maria Ana. *Relação pedagógica e autoridade docente: um estudo a partir das escolas franciscanas*. 124f. Dissertação (Mestrado em educação), Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2005.

LOPES, Elaine Ferreira da Silva. *Relações pedagógicas, a autoridade do professor, a liberdade do aluno e o contrato mediador: possibilidades e limites*. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2005.

MARDONES, Simone Damm Zogaib. *Quando eu mando, você não obedece: um estudo sobre regras de conduta, autoridade docente ou disciplina*. 2004. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, Aracaju-SE, 2004.

MORGADO, Maria Aparecida. Autoridade e sedução na relação pedagógica. *Psicologia da Educação*, São Paulo, v. 32, n. 01, p. 113-130, jan./jun. 2011.

NOVAIS, Elaine Lopes. É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? *Linguagem & Ensino*, v. 7, n. 1, p. 15-51, jan./jun. 2004.

PAPPA, João Segura. *(In)disciplina e violência escolar segundo a concepção de professores de ensino fundamental*. 169 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília-SP, 2004.

PEREIRA, Neiva dos Santos. *A crise da autoridade na educação e o discurso (neo)liberal*. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2009.

PINTARELLI, Fabiano Humberto. *O professor e a autoridade pedagógica: estudo sobre as condições simbólicas do exercício do magistério na região do Vale do Itajaí*. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Regional de Blumenau, Blumenau-SC, 2012.

RAVAGNANI, Maria Cecília Arantes Nogueira. *Autoridade, autoritarismo e autonomia docente: representações sociais de professores e alunos*. 257f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2006.

RENAUT, Alain. *O fim da autoridade*. Lisboa: Piaget, 2005.

SANTOS, Gilberto Lima dos; CHAVES, Antônio Marcos. Autoridade dos professores e direitos das crianças: contradição e transformação. *Revista Educação Pública*. Cuiabá-MS, vol. 21, n. 45, p. 31-43, jan./abr. 2012.

SANTOS, Regina Rodrigues Pereira. *O exercício da autoridade pedagógica: múltiplas significações*. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2007.

SATO, Daniela Cristina Bruno. *Autoridade docente e avaliação educacional na educação básica*. 144f. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 2012.

SILVA, Gilmar Moura da. *Autoridade docente e vínculo educativo contemporâneo*. 83f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Joyce Mary Adam de Paula. Cultura escolar, autoridade, hierarquia e participação: alguns elementos para reflexão. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 125-13, mai. 2001.

SILVA, Luciano Campos da. *Disciplina e indisciplina na aula: uma perspectiva sociológica*. 284f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SIMON, Ingrid. *Indisciplina escolar e autoridade docente*. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Tuiti do Paraná, Curitiba-PR, 2008.

SOUZA, Maria Cristina Vergara Emmerich de. *Concepções sobre autoridade docente: um estudo de caso com alunos do curso noturno*. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

VIEIRA, Terezinha Aparecida Dorigon. *Viabilidades da autoridade do educador: uma perspectiva de educação para a paz*. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2009.

Notas

¹ Os anos de 1987 e 2012 referem-se, respectivamente, ao ano mais remoto de abrangência de teses e dissertações do Banco de Teses da CAPES e ao ano que antecede ao de elaboração deste trabalho.

² Sistema online oficial do governo brasileiro para depósito de teses e dissertações brasileiras. Link de acesso: <http://www.bancodeteses.capes.gov.br>.

³ <http://www.scholar.google.com.br>

⁴ É importante esclarecer que, no caso de teses e dissertações, tomamos a área de publicação conforme os programas de pós-graduação nos quais os estudos foram realizados e, no caso dos artigos, as áreas de enfoque dos periódicos nos quais os estudos foram publicados.

Submetido em 11/12/2013, aprovado em 22/09/2015.